

NOTA PÚBLICA – Corte das rubricas decorrentes de ações judiciais

Após reunião entre as entidades ADUFAL e SINTUFAL com a Gestão da Universidade Federal de Alagoas, realizada no último dia 19 de maio para apuração e deliberação de medidas no sentido de restabelecer o pagamento das rubricas decorrentes das ações judiciais, ficaram explicitados fatos e estabelecidas diretrizes.

Desde 2017, o Ministério da Economia (ME), visando a regularidade no pagamento de rubricas judiciais, criou um novo sistema (AJ), exigindo a migração de todas as rubricas representativas de decisões judiciais.

Após sucessivas prorrogações, mesmo diante das tempestivas informações prestadas pelo DAP, que atendiam a todos os requisitos impostos (partes do processo e pareceres de força executória), o Ministério supôs haver inconsistência na migração dos dados do antigo sistema SIGEP de pagamento de rubricas judiciais, principalmente pela divergência de valores em uma mesma rubrica identificadora de um mesmo processo.

Ainda que comunicados os fatos e esclarecidas as circunstâncias das hipóteses de diferenças de valores, persistiu o ME com a suspensão temporária do pagamento, exigindo-se a regularização da situação para o retorno da rubrica.

Em virtude das exigências, o DAP comprometeu-se a encaminhar as informações necessárias no sentido de restabelecer os valores nos contracheques, ficando deliberado que as Entidades acompanharão diuturnamente as atividades, assessorando o Departamento no que couber, para que, até o encerramento da próxima folha, tenha-se confirmada a reinclusão e equacionada a forma de restituição do valor não pago.

Certos de que a ADUFAL e o SINTUFAL não pouparão esforços no sentido de defender os interesses da categoria, as Entidades acompanharão a evolução das tratativas administrativas.

Maceió, 20 de maio de 2021

Associação dos Docentes da UFAL (ADUFAL)